



ATA

Ata da 31ª reunião da Comissão de Gestão do Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais

No dia 11 de abril de 2024, os membros da Comissão de Gestão do Plano de Logística Sustentável (CGPLS/TJMMG) reuniram na sala de reunião do quarto andar do Tribunal para a 30ª reunião ordinária, com a participação de seu presidente, o Exmo. Sr. Desembargador Fernando Armando Ribeiro, e participação presencial dos servidores membros da comissão Iara Rafaela Henriques Nascimento Silva, Ivana Esperança de Castro Barros, Maximiliano Félix Lopes, Ana Paula Brasileiro Vilar Hermont, Lisiane Carvalho Nepomuceno e Nara da Silva Carvalho. Thais Fonseca Correa não estava presente.

1) Ações para integrar os gestores na coleta seletiva de lixo;

Maximiliano introduziu o primeiro assunto da pauta.

Dr. Fernando comentou que pensou em chamar Cecília para a reunião a fim de conversar sobre o presente assunto.

Lisiane comentou que seria interessante enfatizar que a quantidade de resíduos coletados por mês é muito reduzida e parece não condizer com o que as pessoas geram. Além disso, falou que a separação dos resíduos pode ser mais uma forma de engajamento nesse propósito, já que aumentará o volume dos recicláveis.

Dr. Fernando comentou que, caso Cecília estivesse disponível no momento, já poderiam chamá-la para participar do assunto. Assim, tentou contato com ela.

2) Indicador de limpeza de outros tribunais

Lisiane mencionou que no ano passado o TJMMG não tinha atingido o indicador de limpeza. Assim, ficou responsável por verificar em outros tribunais qual seria o indicador utilizado por eles. Então, focou naqueles tribunais com maior IDS para verificar qual era o indicador utilizado e, inclusive, percebeu que o indicador do TJMMG está parecido com uma sugestão já conversada com a Iara, que seria considerar o reajuste anual do contrato de limpeza por metro quadrado.

Em seguida, Lisiane deu um exemplo do TRT - 4ª Região. Disse que lá visava limitar o aumento dos gastos aos reajustes legais. O reajuste médio para os próximos anos foi estimado em 6,5% a.a. Então, o TRT - 4ª Região reajusta anualmente o indicador de limpeza, que é o gasto por m², de acordo com o aumento do contrato. Concluiu, pois, que tal feito já estaria na linha do que haviam pensado.

Lisiane complementou dizendo que um tribunal limitou o aumento em 4% a.a, outro tribunal escreveu que "não houve meta, pois as contratações de limpeza e conservação são precedidas de processo licitatório, observada a legislação pertinente", outro tribunal limitou o aumento com o reajuste inflacionário - IPCA acumulado. Perguntou o que todos achavam da ideia de fazer o reajuste anualmente.

Todos concordaram com a ideia proposta.

Iara falou que passou para Lisiane o novo valor do contrato atual de limpeza, com base nos reajustes feitos das outras convenções coletivas, com o IPCA acumulado. Mas, no presente caso, seria uma estimativa e, somente no próximo mês teria o percentual oficial.

Lisiane falou que, por enquanto, usou o percentual previsto, porém, no momento que Iara passasse os dados oficiais, um novo cálculo seria realizado.

Lisiane expôs que gostaria de tratar de um assunto que não constava em ata, que seria uma ação para verificar com o CNJ como é realizada a medição dos resíduos recicláveis. Disse que para o cálculo do IDS o CNJ considera o total, ou seja, a coleta geral de recicláveis (plástico, papel, vidro e metal). Então, quanto mais separasse, melhor seria para o TJMMG.

3) Ações de campanha com impressão de papel

Lisiane disse que, na última reunião, foi discutida uma ação referente ao marcador de livro. Porém o TJMMG está com um problema relacionado ao aumento do consumo de papel, e a distribuição de marcadores de livro seria uma medida contraditória, vez que a Comissão do PLS busca justamente reduzir o consumo de papel no Tribunal.

Dr. Fernando complementou que não vê problema na ideia relacionada com os marcadores de papel, se as campanhas fins não ultrapassarem o limite da meta interna, vez que o objetivo é trabalhar com patamares reduzidos.

Lisiane reforçou que o indicador de papel aumentou bastante, conforme dados enviados no grupo, e todos concordaram. Sobre isso, Iara disse que o tema está sendo discutido na Diretoria Administrativa, por meio de um aditivo no contrato de outsourcing de impressão. Deu exemplo que, no caso de impressão colorida, restrita a alguns setores do Tribunal, era previsto cerca de 200 (duzentas) cópias por mês, todavia, em alguns meses, foram alcançadas 900 (novecentas) cópias, sinal de que era devido o investimento na redução das cópias.

Em seguida, Iara disse que Luiza conversou com ela e que o Chefe de Gabinete sugeriu para que fosse criada uma política de cotas de impressão por servidor. Assim, Luiza pediu para que esse tema fosse trazido na presente reunião, para saber se a Comissão concorda com a sugestão.

Lisiane ficou responsável por fazer a comparação do gasto de papel *per capita* em 2023 com o de 2024 e informar no grupo. Além disso, perguntou como seria a essa divulgação do controle de impressão e Iara respondeu que Esperança realizaria uma matéria no site do TJMMG.

Sobre os parâmetros para definir a cota para cada servidor, Dr. Fernando Armando perguntou sobre a melhor estratégia.

Maximiniano falou que alguns setores tem uma maior necessidade que outros para imprimir e que teria que ser analisado caso a caso.

Lisiane falou que há uma meta geral e, diante desta, deve ser analisado como cada membro do setor se comporta de forma individual. Além disso, disse que com base no histórico de comportamento do consumo de papel, deve ser feita uma análise mais concreta.

Iara falou que a instalação do programa para o controle das impressões não foi feita em todas as máquinas, apenas cerca de 80 (oitenta) máquinas. Além disso, falou que, conforme conversa com a Luiza, o momento acerca do anúncio do controle das impressões ficaria a critério da Comissão.

Lisiane concluiu que, diante do aumento do consumo de papel, já poderia ser feito o alerta, inclusive por spark.

4) Campanha de maio junto com a comissão de assédio

Esperança ponderou que tratou com Ana Paula sobre a Campanha de maio e a respectiva identidade visual, uma vez que o Gustavo sairia de férias.

Ana Paula disse que estava tentando pensar em uma interlocução de apoio entre Comissões e que a semana contra assédio já estaria praticamente definida, de 6 a 10 de maio. Perguntou se alguém teria

alguma sugestão de divulgação desta Campanha.

Dr. Fernando Armando disse que foi confirmada a vinda da Juíza do Distrito Federal.

Lisiane comentou que a Comissão do PLS não está com nenhuma ação efetiva, e que não faria sentido apoiar algo sem, de fato, colaborar com alguma ação.

Esperança acrescentou que o apoio não precisa ser efetivado com base em alguma ação específica, e que bastaria ratificar algo que o outro estivesse fazendo.

Ana Paula comentou que abriu o site do TRE-SP e no Plano de Logística Sustentável há diversos links que fazem um engajamento com o combate e enfrentamento ao assédio.

Esperança contou que terá uma ação de prevenção à violência doméstica com a Dra. Carolina.

Ana Paula explicou que não será a Dra. Carolina a ministrar essa ação, e sim um oficial da PM que fará uma interlocução entre o assédio e a violência doméstica, com foco no assédio.

Esperança discorreu sobre uma determinação do CNJ para que seja lançada essa campanha até o final de maio ou início de junho.

Ana Paula fez referência aos Planos de Logística Sustentável de outros órgãos, ressaltando que sempre "abraçam" a causa de enfrentamento/combate ao assédio e discriminação como se fizesse parte do Plano. Então, perguntou se a Comissão do PLS não poderia abraçar a causa como um todo.

Lisiane respondeu que no Plano da Comissão isso não está expresso, mas que nesse ano de 2024, o Plano do PLS, obrigatoriamente, terá que passar por uma revisão, pois a cada 2 (dois) anos deve ser revisado. Assim, antes de fazer a revisão deverá ser analisado os resultados de IDS. Afirmou, também, que nada impediria da sugestão da Ana Paula ser incluída na revisão do Plano, no final do ano.

5) Campanha de sustentabilidade

Esperança comentou sobre lançar a Campanha no dia 6 de junho (Dia do Meio Ambiente). Sobre a periodicidade, sugeriu ser mensal.

Lisiane comentou sobre a possibilidade de ter uma identidade visual na dica sustentável.

Esperança disse que já existe uma identidade visual.

6) Ações de plantio de árvores/Adote uma praça

Esperança falou que essa meta de dialogar com Frederico e Luanda estava destinada a ela, e que já conversou com Luanda, e esta falou que conversaria com Frederico.

Lisiane disse que Frederico mandou um documento explicando sobre o procedimento para adotar uma praça.

Esperança pediu para outra pessoa ficar responsável por esta ação.

7) Campanhas mensais do 2 semestre - interlocução com o Comitê de Saúde

Ana Paula disse que ficou responsável por conversar com o Comitê de Saúde. Listou as ações desse Comitê, tais como palestra em maio sobre Saúde Mental, em agosto palestra sobre primeiros socorros, em outubro será a semana do servidor e em novembro será a prevenção a diabetes. Então, propôs que quando fosse divulgada as campanhas mensais, a Comissão realizasse um alinhamento com o Comitê. Assim, Ana Paula ficou responsável por falar com a outra Ana Paula do Comitê de Saúde para fazer a programação em conjunto com a Comissão do PLS.

Lisiane falou que juntamente com a Ana Paula e com a outra Ana Paula do Comitê de Saúde foram chamadas por Luanda para realizar o treinamento das Comissões. Relatou que foram pedidos 3 (três) treinamentos para o PLS: I) contratações sustentáveis; II) direção defensiva e III) comunicação não assertiva. Falou que Luanda conseguiu o curso de contratações sustentáveis, porém está com dificuldade de adesão das pessoas a esse curso que, no caso, seriam as pessoas que trabalham com licitações. Iara demonstrou interesse nesse curso. Lisiane explicou que Luanda não encontrou o curso de Direção Defensiva e que os motoristas do Tribunal recebem um treinamento de situações de risco, porém o curso específico relacionado a combustível não foi encontrado. Por fim, o treinamento de comunicação não assertiva, conforme Luanda mencionou, ficará para o segundo semestre.

Maximiniano perguntou se a conversa com Cecília poderia ficar para a próxima reunião, e Dr. Fernando concordou e falou para agendar previamente com ela.

Resumo das Decisões da Reunião e Responsáveis:

Decisão 1/ 31ª Reunião: Realização de novo cálculo quando Iara informasse os dados oficiais relacionados com o contrato atual de limpeza. Lisiane

Decisão 2/ 31ª Reunião: Fazer a comparação do gasto de papel per capita em 2023 com o de 2024 e informar no grupo. Lisiane

Decisão 3/ 31ª Reunião: Lançar a Campanha no dia 6 de junho (Dia do Meio Ambiente). Esperança

Decisão 4/ 31ª Reunião: Conversar com a outra Ana Paula do Comitê de Saúde para fazer a programação em conjunto. Ana Paula

Decisão 5/ 31ª Reunião: Conversar com a outra Ana Paula do Comitê de Saúde para fazer a programação em conjunto. Ana Paula

Decisão 6/ 31ª Reunião: Interesse em realizar o curso de contratações sustentáveis. Iara.

Decisão 7/ 31ª Reunião: Agendamento prévio de conversa com Cecília para a próxima reunião. Maximiniano.

Sem nada mais na pauta a ser discutida, a reunião foi encerrada.

A presente ata foi redigida por Mayni Grisolia Gualberto de Oliveira, e assinada pelo desembargador Fernando Armando Ribeiro, presidente da Comissão.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO JOSÉ ARMANDO RIBEIRO, Assessor Jurídico**, em 28/06/2024, às 15:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjmmg.jus.br/servicos> informando o código verificador **0304780** e o código CRC **33D6C674**.